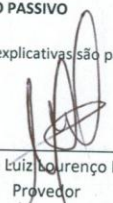
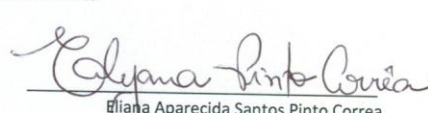


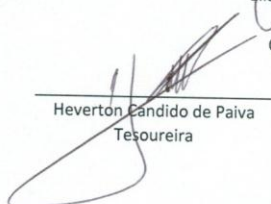
**BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Valores expressos em reais)

<b>ATIVO</b>		nota explicativa	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4		2.757.531	1.977.576
Contas a receber	5		275.727	448.711
Estoques	6		2.154.149	1.020.113
Outros créditos	5		325.676	357.254
Despesas pagas antecipadamente	7		1.978	11.883
			-	139.616
<b>Não Circulante</b>			<b>3.507.351</b>	<b>3.357.615</b>
Realizável a longo prazo	8		80.168	69.168
Imobilizado	9		3.423.434	3.283.197
Intangível	10		3.750	5.250
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>6.264.882</b>	<b>5.335.192</b>
<b>PASSIVO</b>				
		nota explicativa	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Circulante</b>				
Empréstimos	11		3.941.692	3.501.043
Fornecedores	12		508.359	402.073
Obrigações tributárias	13		1.388.783	1.582.622
Parcelamentos tributários	10		134.342	148.108
Obrigações sociais e trabalhistas	14		48.305	112.178
Subvenções a realizar			566.279	495.374
subvenções realizadas			1.151.958	522.294
Contas a pagar	15		-	40.320
Parcelamento Honorários Médicos			143.665	193.395
			-	4.679
<b>Não Circulante</b>			<b>1.656.604</b>	<b>1.034.663</b>
Empréstimos a Longo Prazo	11		684.115	-
Parcelamentos tributários	10		544.065	459.139
Contingências trabalhistas	16		412.359	559.459
Contingências cíveis	16		16.065	16.065
<b>Patrimônio Social</b>			<b>666.586</b>	<b>799.485</b>
Patrimônio social			529.233	1.242.154
Superávit/Déficit Exercício			137.354	(442.669)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			<b>6.264.882</b>	<b>5.335.192</b>

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.

  
 André Luiz Lourenço Nevack  
 Provedor

  
 Eliana Aparecida Santos Pinto Correa  
 Contadora  
 CRC:SP280212/O-0

  
 Heverton Cândido de Paiva  
 Tesoureira



**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**  
 Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82  
 Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJC n.º 21 de 14/10/99  
 Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62  
 CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
 (Valores expressos em reais)

	Nota	2013	2012
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
<b>Com Restrição</b>			
Fundo Munic. Saude Gov.Buritama-SUS	19	4.324.494	3.396.826
Subvenção Munic. Saude Gov.Buritama-SUS	19	705.653	1.302.135
Subvenção Munic. Saude Gov.Zacarias-SUS	19	253.000	151.256
Subvenção Munic. Saude Gov.Brejo Alegre-SUS	19	288.000	274.964
Subvenção Munic. Saude Gov.Lourdes-SUS	19	220.000	226.753
Subvenção Munic. Saude Gov.Turiuba-SUS	19	100.000	74.224
Subvenções Estaduais e Federais	18	716.528	625.866
		<b>6.607.675</b>	<b>6.052.024</b>
<b>Sem Restrição</b>			
Receitas de pacientes Convênios	19	1.212.676	1.000.806
Receitas de pacientes Particulares	19	411.304	256.981
Financeiras		124.682	82.619
Recuperação de despesas		11.520	2.598
Doações, Incentivos e Campanhas	17	228.071	232.727
Outras Subvenções		224.270	223.699
		<b>2.212.522</b>	<b>1.799.430</b>
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>			
Glosas		(30.777)	(24.474)
<b>RECEITA LIQUIDA</b>		<b>8.789.421</b>	<b>7.826.981</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Custos dos serviços		(3.107.489)	(2.803.028)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>5.681.931</b>	<b>5.023.952</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas administrativas e gerais		(764.937)	(859.707)
Serviços prestados por terceiros		(4.288.275)	(4.352.272)
Financeiras		(238.281)	(93.781)
Despesas Diversas		(253.085)	(160.862)
Isonção INSS/Cofins/CSLL	21	610.014	646.190
(-) Isonção INSS/Cofins/CSLL	21	(610.014)	(646.190)
		<b>(5.544.577)</b>	<b>(5.466.622)</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO</b>		<b>137.354</b>	<b>(442.669)</b>

André Luiz Lourenço Nevack  
 Provedor

Eliana Aparecida Santos Pinto Correa  
 Contadora  
 CRC:SP280212/O-0

Heverton Cândido de Paiva  
 Tesoureira

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(método indireto)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit/Deficit do exercício	137.354	(442.669)
Baixa do Ativo Imobilizado Intangível	1.500	-
depreciações	214.255	105.785
Ajuste exercício anterior	(270.253)	264.910
<b>Origens Geradas pelas operações</b>	<b>82.856</b>	<b>(71.973)</b>
<b>(-) aumento do ativo circulante</b>	<b>(952.938)</b>	<b>(341.193)</b>
Contas a receber	(1.134.036)	(177.734)
Estoque	31.578	(86.379)
Outros Créditos	9.905	3.959
Despesas pagas antecipadamente	139.616	(81.039)
<b>(+) Diminuição do Ativo Não Circulante</b>	<b>(11.000)</b>	<b>(17.000)</b>
<b>(+) aumento do passivo circulante</b>	<b>334.362</b>	<b>881.070</b>
Fornecedores	(193.839)	685.417
Obrigações tributárias	(13.766)	10.860
Parcelamentos tributários	(63.873)	(24.552)
Obrigações sociais e trabalhistas	70.905	(26.489)
Subvenções a realizar	629.664	192.294
Subvenções realizadas	(40.320)	(10.080)
Contas a pagar	(49.730)	116.600
Parcelamento Hon. Médicos	(4.679)	(62.980)
<b>(-) Diminuição do Passivo Não Circulante</b>	<b>(62.174)</b>	<b>(113.863)</b>
Parcelamentos tributários	84.926	(108.635)
Contingências trabalhistas	(147.100)	(550)
Parcelamento Honorários Médicos	-	(4.679)
<b>Disponibilidades geradas pelas operações</b>	<b>(608.894)</b>	<b>337.041</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Emprestimo (PC)	106.287	143.708
Emprestimo (NC)	684.115	-
<b>Total das Atividades de Financiamentos</b>	<b>790.401</b>	<b>143.708</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de bens do imobilizado	(354.491)	(181.148)
<b>Total das Atividades de Investimentos</b>	<b>(354.491)</b>	<b>(181.148)</b>
<b>Variação de Disponibilidades</b>	<b>(172.984)</b>	<b>299.600</b>
Saldo de Disponibilidades no início do exercício	448.711	149.111
Saldo de Disponibilidades no final do exercício	275.727	448.711
<b>Variação de Disponibilidades</b>	<b>(172.984)</b>	<b>299.600</b>

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

André Luiz Lourenço Nevack  
Provedor

Eliana Aparecida Santos Pinto Correa  
Contadora  
CRC:SP280212/O-0

Heverton Cândido de Paiva  
Tesoureira

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Exercícios	Resultado do Exercício	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>977.244</b>	<b>264.910</b>	<b>(442.669)</b>	<b>799.485</b>
Déficit do exercício de 2012, que se transfere para o Patrimônio Social	(442.669)	-	442.669	-
Ajuste de Exercícios Anteriores que se transf. para o Patrimônio Social	264.910	(264.910)	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores a 2012	-	(270.253)	-	(270.253)
Superávit do exercício de 2013	-	-	137.354	137.354
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>799.486</b>	<b>(270.253)</b>	<b>137.354</b>	<b>666.586</b>

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.

André Luiz Lourenço Nevack  
Provedor

Eliana Aparecida Santos Pinto Correa  
Contadora

CRC.SP.280212/O-0

Heverton Candido de Paiva  
Tesoureira



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Valores Expressos em reais)**

**1) A ENTIDADE**

A Santa Casa de Misericórdia São Francisco foi constituída em 21 de agosto de 1960. Sediada no município de Buritama, Estado de São Paulo é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, para prestar assistência médica e hospitalar.

Com reconhecimento de utilidade pública concedido pelas autoridades federais, estaduais e municipais, também está registrada no CNES n.º 2079461 e com certificação de estabelecimento de entidade beneficente de assistência social em saúde conforme portaria SAS/MS 0782 publicado no D.O.U em 10/08/2012.

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto. A Administração está a cargo de uma Diretoria Executiva composta por 9 (nove) membros eleita pela Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

**2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e normas e procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para PME e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas a Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a ITG 2002 e NBC TG 1000, e também em conformidade com a Lei n.º 6.404/76. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior

**3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- a. **Base de preparação e apresentação** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado no item 2 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a NBCT 19.41 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.



Santa Casa de Buritama  
1960 - 2010

## SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82  
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99  
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

- b. **Ativo Circulante** - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.
- c. **Moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.
- d. **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
- e. **Aplicações financeiras** - São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado.
- f. **Estoques** - Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização ou preço médio de aquisição.
- g. **Contas a receber** - Estão representadas por valores a receber referente a atendimento Sistema Único de Saúde – SUS, convênios médicos privados, particulares e subvenções municipais.
- h. **Provisão para devedores duvidosos** - A provisão para liquidação duvidosa foi constituída num montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, levando-se em consideração a análise das garantias e riscos de realizações de créditos.
- i. **Ativo Não Circulante**
- j. **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- k. **Intangível** - Inclui direitos de uso de "software", sendo amortizado na base de 20% a.a, e patentes.
- l. **Passivo Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.
- m. **Fornecedores** - São obrigações referentes aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.
- n. **Férias a Pagar** - Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.
- o. **Passivo Não Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos.



**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Descrição	2013	2012
Caixa	2.781	3.104
Bancos conta movimentos	130.805	9.998
Aplicações financeiras	142.141	435.609
<b>Total</b>	<b>275.727</b>	<b>448.771</b>

**Obs:** Dos valores apresentados em bancos e aplicações, R\$ 227.134,76 são vinculados a convênios estaduais para investimento.

**5) CONTAS A RECEBER**

Descrição	2013	2012
Fundo Municipal Saúde Buritama-SUS	1.530.082	570.040
Subv.Prefeitura de Buritama	225.000	111.815
Subv.Prefeitura de Turiuba	20.000	136.357
Subv.Prefeitura de Lourdes	20.013	38.364
Pro – Santa Casa	182.000	-
Convênios	194.591	157.587
Particulares	8.290	3.752
(-)Provisão para perdas	(47.840)	
Outros Contas a Receber	22.013	2.198
<b>Total</b>	<b>2.154.149</b>	<b>1.020.113</b>
Outros Créditos	1.978	11.883

**6) ESTOQUES**

Com o sistema MV2000i, o trabalho de cotas de abastecimentos e os treinamentos e reuniões com os colaboradores, fazem com que a entidade tenha um melhor controle dos seus estoques. Para assegurar todos os processos de compra, assim como uma economia nos preços, a entidade também conta com o sistema de compras online da Bionexo.

Descrição	2013	2012
Drogas e Medicamentos	165.180	218.185
Material Hospitalar	120.838	121.070
Material Administrativo	7.528	5.162
Material Higiene e Limpeza	5.959	5.818
Manutenção Geral	1.029	543
Material para Cozinha	1.838	2.721
Gêneros Alimentícios	9.069	3.647
Empréstimos concedidos	14.234	108
<b>Total</b>	<b>325.675</b>	<b>357.254</b>



Santa Casa de Buritama  
1960 - 2010

## SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82  
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99  
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

### 7) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os processos cíveis e trabalhistas ainda estão tramitando. O INSS refere-se a depósitos mensais em juízo até que saia o parcelamento.

Descrição	2013	2012
Depósitos judiciais – cíveis	500	500
Depósitos judiciais – trabalhistas	43.558	43.558
Depósitos judiciais – INSS	36.110	25.110
<b>Total</b>	<b>80.168</b>	<b>69.168</b>

### 8) IMOBILIZADO

Demonstrado com base no custo original:

Descrição	2013	2012
Terreno	598.294	598.294
Imóveis	1.884.949	1.883.949
Equip. médicos e aparelhos	280.968	280.968
Móveis e utensílios	307.419	305.199
Equipamentos hospitalares	136.155	136.155
Veículos	80.762	80.762
Equipamentos de informática	175.435	171.894
Máquinas e equipamentos	235.074	233.775
Equipamentos de segurança	2.869	2.869
Linha telefônica	1.110	1.110
Máquinas e Equip.subvenção	307.510	-
Projeto Futuro Fase A	293.068	254.147
Total do imobilizado	<b>4.303.613</b>	<b>3.949.122</b>
( - ) Depreciações Acumuladas	880.179	665.925
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>3.423.434</b>	<b>3.283.197</b>



**A evolução ocorrida às contas de Imobilizado em 2013 foi à seguinte:  
Movimentação do custo**

Descrição	2012		2013		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Terreno	598.294	-	-	-	598.294
Imóveis	1.883.949	1.000	-	-	1.883.949
Equip. médicos aparelhos	280.968	-	-	-	280.968
Móveis e utensílios	305.199	2.220	-	-	305.199
Equipamentos hospitalares	136.155	-	-	-	136.155
Veículos	80.762	-	-	-	80.762
Equip. de informática	171.894	3.541	-	-	171.894
Máquinas e equipamentos	233.775	1.299	-	-	233.775
Equip. de segurança	2.869	-	-	-	2.869
Linha telefônica	1.110	-	-	-	1.110
Máq. Equip. subvenção	-	307.510	-	-	-
Projeto Futuro Fase A	254.147	38.921	-	-	254.147
<b>Totais</b>	<b>3.949.122</b>	<b>354.491</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.303.613</b>

**9) INTANGÍVEL**

Demonstrado com base no custo original:

Descrição	Depreciação	2013	2012
Softwares	10%	7.500	7.500
(-) Depreciações Acumuladas		(3.750)	(2.250)
<b>Total do Intangível</b>		<b>3.750</b>	<b>5.250</b>

**10) PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO**

	<u>CURTO PRAZO</u>	<u>LONGO PRAZO</u>
Parcel. IRF/PIS/CSRF-Proc.400133/2009	-	-
Parcelamento de IRF-Proc.5.079/2008-21	2.081	-
Parcelamento de Cofins-Proc.2332/2007	9.242	13.816
Parcelamento de FGTS de 2005	7.151	93.145
Parcelamento de IRRF-Proc.2332/2007	12.941	166.079,76
Parcelamento de Pis-Proc.2332/2007	3.604	271.025
Parcel. PIS/COFINS/CSL-400.059/2010	13.286	-
<b>TOTAL</b>	<b>48.305</b>	<b>544.065</b>



Santa Casa de Buritama  
1960 - 2010

## SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82  
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99  
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

### 11) EMPRÉSTIMOS

Descrição	2013	2012
Bicbanco(36x Jrs.24,6%a.a e 1,85% a.m (17 parc)	235.698	402.073
CEF (36x Jrs.18%a.a e 1,55% a.m.(saldo 28 parc.)	1.226.260	-
<b>Total</b>	<b>1.461.958</b>	<b>258.365</b>

Obs.: Empréstimo Caixa Econômica Federal foi realizado em maio/2013, onde o mesmo é vinculado ao recebimento dos Repasses do SUS – Sistema Único de Saúde.

### 12) FORNECEDORES

Apropriados pelo efetivo recebimento de bens, materiais ou serviços no valor de (R\$1.388.783), sendo (R\$457.070) referentes aos serviços de glaucoma da Oftalmo prest nos meses 10, 11 e 12/2013 que serão repassados pelo Estado no exercício de 2014.

### 13) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2013	2012
IRRF a recolher	35.859	44.107
PIS a recolher	6010	980
PIS, COFINS e CSLL retidos a recolher (pedido parcelamento, aguardando deferimento).	96.588	101.548
ISS	1.286	1.473
<b>Total</b>	<b>134.342</b>	<b>137.248</b>

### 14) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2013	2012
Salários a pagar	78.259	68.763
Rescisões	-	3.045
INSS a recolher (pedido parcelamento, aguardando deferimento)	186.264	230.646
FGTS a recolher	11.445	15.263
Férias	258.441	149.496
FGTS s/ Provisão férias	11.860	11.959
PIS s/ Provisão Férias	3.792	1.495
Provisão 13º salário	-	-
INSS s/13º salário	8.232	8.232
Outras	7.985	6.475
<b>Total</b>	<b>566.279</b>	<b>495.374</b>

**15) CONTAS A PAGAR**

- O valor de **(R\$143.665)** refere-se a créditos de médicos (pessoa física) e outras pequenas contas a pagar de 2013.

**16) CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS e CÍVEIS**

Foi constituída em 2010 as provisões para contingências no montante julgado necessário, de acordo com a avaliação de riscos elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a Entidade figurava como ré. Em 2011 a entidade realizou todos os ajustes necessários dos processos existentes de acordo com a avaliação e relatório fornecido pela assessoria jurídica. Em 2012 não houve alterações concretas, sendo que em 2013 foram pagos R\$ 147.100,00 das ações trabalhistas.

Descrição	2013	2012
saldo anterior	560.009	559.459
Ações trabalhistas	-	(550)
Pagamentos de Acordos	(147.100)	-
Estorno Provisões (cfe. assessoria jurídica)	-	-
<b>saldo atual</b>	<b>412.359</b>	<b>560.009</b>
Ações Cíveis	16.065	16.065

**17) RECEITAS COM DOAÇÕES, INCENTIVOS e EVENTOS.**

Descrição	2013	2012
Créditos Cupons Fiscais	22.373	51.603
Doações Particulares	82.726	47.960
Leilões, Festas Culturais e Rifas	122.972	101.587
Outras	-	31.576
<b>Total</b>	<b>228.071</b>	<b>232.727</b>

**18) RECEITAS COM SUBVENÇÕES ESTADUAIS**

Descrição	2013	2012
Secretaria Estadual Saúde	-	-
IntegraSUS	26.374	26.374
Cartórios (lei 11.021-2001)	-	7.992
Pró-Santa Casa II	690.154	591.500
<b>Total</b>	<b>716.528</b>	<b>625.866</b>



**19) RECEITAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>%</u>	<u>2012</u>	<u>%</u>
SUS	5.891.147	78,39%	5.666.371	82,13%
NÃO SUS (Convs./partics.(-)glosas)	1.623.980	21,61%	1.233.313	17,87%
<b>Total</b>	<b>7.515.127</b>	<b>100%</b>	<b>6.899.684</b>	<b>100%</b>

**20) EMENDAS ESTADUAIS P/ INVESTIMENTO**

<u>Nome</u>	<u>Objeto da Proposta</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
DRS-II	Construção vestiário		150.000
	<b>Total</b>		<b>150.000</b>

**21) ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS**

Em atendimento ao parágrafo segundo do artigo 11 da Lei 12101/09, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante os exercícios de 2013 e de 2012:

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Inss – Cota Patronal	336.787	433.404
CSLL	12.362	
Cofins	260.865	212.786
	<b>610.014</b>	<b>646.190</b>

**22) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

São ajustes em receitas e despesas que nos exercícios anteriores não foram contabilizadas no período ou indevidamente.

**23) COBERTURA DE SEGUROS**

A Entidade não mantém cobertura de seguros para os seus bens móveis e imóveis para cobrir eventuais sinistros.




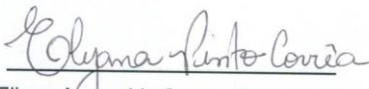

**24) PATRIMÔNIO SOCIAL**


Representa o patrimônio inicial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício, consoante previsão estatutária, é incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação da Assembleia Geral.

**25) OUTRAS INFORMAÇÕES**

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante prazos prescricionais de acordo com a legislação aplicável em vigor.

  
\_\_\_\_\_  
André Luiz Lourenço Nevack  
Provedor

  
\_\_\_\_\_  
Eliana Aparecida Santos Pinto Correa  
Contadora  
CRC:SP280212/O-0

  
\_\_\_\_\_  
Heverton Candido de Paiva  
Tesoureira

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Provedor da  
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO  
Biritama (SP)

Examinei as demonstrações contábeis da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO, que compreendem o balanço patrimonial **em 31 de dezembro de 2013** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicadas a Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a ITG 2002 e NBC TG 1000, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba – Cep 16.052-045 Fone (18) 8121 7090 ou 3608 5058  
e-mail: alberto@acsauditores.com.br





## ACS AUDITORES

Alberto Francisco Costa

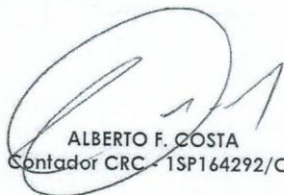
### Bases para opinião com ressalva

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO vem procedendo a depreciação dos bens integrantes do ativo permanente, no entanto, meu trabalho ficou limitado quanto a possibilidade de aferir a exatidão da mesma em decorrência dos controles internos serem parciais, portanto deixo de emitir minha opinião sobre os efeitos dessa prática sobre o ativo permanente e resultado do exercício.

### Opinião

Em minha opinião, exceto ao assunto comentado no parágrafo base para a opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO em 31 de dezembro de 2013**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas.

Araçatuba (SP), 10 de abril de 2014.



ALBERTO F. COSTA  
Contador CRC - 1SP164292/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 - Jd Ipanema, Araçatuba - Cep 16.052-045 Fone (18) 8121 7090 ou 3608 5058  
e-mail: alberto@acsauditores.com.br



**RODRIGUES & ROSSETO**  
sociedade de advogados

"BALANÇO PATRIMONIAL"

Interessado: **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**

Assunto: **Parecer Jurídico Geral**

## **PARECER JURÍDICO**

### **I – CONSULTA**

**A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**, formulou-nos consulta quanto **BALANÇO PATRIMONIAL**, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

### **II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

- 1) O **BALANÇO PATRIMONIAL**, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 e as demonstrações contábeis devem sempre representar a real posição patrimonial da Entidade.
- 2) A Auditoria realizada concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, porém **com ressalva de que foi impossível aferir a exatidão as depreciações dos bens do ativo permanente em decorrência dos controles internos serem parciais.**
- 3) Observada a ressalva da auditoria, entendemos que o Balanço Patrimonial não contém qualquer irregularidade ou ilegalidade.



**RODRIGUES & ROSSETO**  
sociedade de advogados

---

Visando atribuir segurança jurídica, opino que seja elaborado plano de trabalho adequar os controles internos para que nos exercícios posteriores todos os pontos sejam abordados com exatidão.

Ante o exposto, o parecer é pela legalidade e regularidade do Balanço Patrimonial, estando o mesmo em consonância com o ordenamento jurídico vigente.

### **III – DA CONCLUSAO**

Diante do exposto, observadas a cautelas previstas na Lei, entendemos que no caso em apreço, referidas contas e balanço apresentados devem ser aprovados pela Assembleia Geral na reunião ordinária anual nos termos do que prevê o Estatuto Social vigente.

Este é o meu parecer.  
Araçatuba, 23 de abril de 2014.

WESLEY EDSON ROSSETO  
ADVOGADO – OAB/SP 220.718




**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da **Santa Casa de Misericórdia São Francisco de Buritama**, tendo examinado o **BALANÇO PATRIMONIAL**, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013, assim como, os demais documentos referentes às transações Sociais da Entidade e ainda, considerando a opinião com ressalva do parecer da auditoria independente, damos o **PARECER** de que as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco e que sejam aprovadas pela Assembleia Geral na reunião ordinária anual as referidas contas e balanço apresentados, pelo que assinamos.

Buritama-SP, 28 de abril de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
Anízio Antonio da Silva

  
\_\_\_\_\_  
Fernando Pedroso Sanches

  
\_\_\_\_\_  
Fernanda Helena Sachsida Tirapeli